



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (**XVII ENANCIB**)

GT 02 - Organização e Representação do Conhecimento

**ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: RELAÇÕES ENTRE
DOCUMENTO E INFORMAÇÃO**

***ARCHIVES, LIBRARIES AND MUSEUMS: RELATIONSHIPS BETWEEN
DOCUMENT AND INFORMATION***

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A partir do pressuposto de que bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus e instituições afins são entidades que compartilham o objetivo de acumular e/ou colecionar, documentar e preservar bens culturais deduz-se que aproximações podem ser realizadas a partir do estudo da noção de documento existente em cada campo. São exploradas as relações documentais entre as áreas tendo como alicerce elementos e conceitos de informação e documento oriundos da Ciência da Informação. O referencial teórico é constituído a partir das definições e noções de como se compõem: o documento de arquivo, os documentos das bibliotecas e o objeto de museu. O resultado do estudo aponta para o fato de que a Biblioteconomia tende a se identificar com uma tipologia maior de documentos, não tendo, portanto um objeto de estudo preciso, vinculando-se mais à questão da informação do que o documento. Conclui-se que sob o ponto de vista das teorias do documento essas instituições possuem uma série de fatores que as aproximam, pois todas lidam com informação e acesso.

Palavras-chave: Arquivos. Bibliotecas. Museus. Ciência da Informação. Teoria do documento.

Abstract:

From the assumption that libraries, archives, documentation centers, museums and related institutions are entities that share the goal of accumulating and/or collecting, documenting and preserving cultural assets is deducted that approaches can be taken from the study of notions of what is a document for each field. The relationship between the documents concepts is made considering the elements and concepts of information and document from Information Science. The theoretical framework is made from the definitions and concepts of how are composed: the archival document, the documents of libraries and the object of the museum. The results of the study point to the fact that the Librarianship tends to identify itself with a vast typology of documents, does not, therefore have an object of study, linking it more to the issue of

information than the document. It is concluded that from the point of view of the theories of the document these institutions have a number of factors that approach them, since all they deal with information and access.

Keywords: Archives. Libraries. Museums. Information Science. Document theory.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo caracterizar e ampliar a compreensão sobre a forma pela qual a Arquivística, Biblioteconomia e Museologia conceituam seu objeto de estudo. Embora diferenças seminais nos modos de produção e circulação de seus documentos sejam evidenciadas, todas as áreas apresentam aproximações no que diz respeito ao potencial informativo que eles possuem.

Apresentamos um panorama de cada disciplina com a finalidade de identificar elementos de distinção. As relações documentais foram analisadas por meio da comparação de elementos teóricos da Ciência da Informação e por elementos trazidos pelo estudo das noções de documento estabelecidas em cada domínio. O enfoque visa examinar o conceito de documento para cada área, por tratar-se de componente que atua como delimitador de seu objeto de estudo e nesse cenário a Ciência da Informação traz elementos que contribuem a aproximação entre as áreas.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como descritivo e problematiza de forma pontual as questões descritas na introdução. Segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Por meio de levantamento bibliográfico, foi possível descrever relações e intersecções entre as áreas de Arquivística, Biblioteconomia, e Museologia a partir do estudo das relações entre as noções de documento de cada disciplina.

3 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: RELAÇÕES ENTRE DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

A história dos museus, arquivos e bibliotecas revela que o ato de colecionar teve início sob os mesmos princípios, os quais dão sentido à evidente convergência e entendimento entre as instituições, que têm como atividade comum o tratamento da informação (MARQUES, 2010, p. 7). Essa afirmação é corroborada por Smit (2000, p. 30), que afirma que as especificidades das áreas não se sustentam apenas a partir do paradigma do acervo, e sugere que a ênfase deve ser deslocada para o usuário e, conseqüentemente, na informação e em como ela será

disponibilizada.

Embora a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tenham se firmado como campos independentes, mantendo suas especificidades, as afinidades existentes nas suas origens e funções são evidentes. Pretende-se desenvolver uma reflexão que permita conceituar cada instituição para demarcar aproximações entre os campos.

A partir dessa investigação, busca-se abrir um diálogo entre as áreas com base na comparação entre os conceitos de informação e documento e a institucionalização de documentos/objetos que nelas ocorre.

3.1 Documento e informação: pressupostos teóricos

Os estudos sobre o conceito de documento têm recebido abordagens múltiplas em diversas áreas do conhecimento, como a História e a Sociologia. No âmbito da Ciência da Informação, diversas perspectivas têm sido desenvolvidas nas últimas décadas e constata-se uma tendência em deslocar o foco das discussões da informação para o documento. Esse movimento teria se originado na década de 1980, no mundo anglófono e escandinavo, como forma de balizar as discussões que originaram as ideias em torno da formação da Ciência da Informação e também como uma possível alternativa ao paradigma centrado na informação (LUND, 2009).

Otlet, um dos pioneiros na discussão da Documentação como disciplina, propõe uma definição genérica para *livro* e *documento*: “um suporte de certa matéria e dimensão, eventualmente de dobras e inscrições, no qual se incluem signos representativos de certos dados intelectuais” (1996, p. 43, tradução nossa). Ao introduzir a noção de que o documento representa algo, ele aponta para o que seriam os primeiros indícios da abordagem funcional do documento. Outra contribuição essencial no pensamento de Otlet é a ampliação de uso do termo documento de forma a incluir também material não textual, como os documentos iconográficos e musicais. Ele dedica uma seção de seu tratado à descrição dos diversos tipos de objetos existentes (1996, p. 217). Os tipos de objeto são classificados em cinco categorias: a) *naturais* (matéria e estrutura); b) *artificiais* (criados pelo homem de acordo com as suas necessidades); c) *objetos portadores de pegadas humanas*, pois servem para interpretação e têm significados; d) *objetos demonstrativos*, também criados pelo homem, porém para representar e demonstrar seus pensamentos; e e) *objetos de arte*.

Briet (2006, p. 11) apresenta a noção de documento “como a evidência de algo, evidência esta atribuída ao registro ou objeto” e estabelece dessa forma os conceitos de documentos primários (os objetos em si), e de documentos secundários, criados a partir dos

primeiros. O exemplo do antílope explicita essa relação na qual o animal correndo não é documento, mas o animal empalhado sim, sendo considerado um documento primário. Os estudos realizados a partir da observação desse documento primário vão gerar outros documentos, chamados secundários (desenhos, relatórios, fotografias, filmes, dentre outros), que, por sua vez, darão origem a outros documentos, pois serão copiados, analisados, traduzidos.

Buckland (1991) apresenta um conceito de materialidade que se aproxima da ideia de evidência de Briet (2006). Ele identifica três possibilidades de usos da palavra informação: “informação-como-processo” (implica no ato humano de ser informado); “informação-como-conhecimento” (indica o que é assimilado no item anterior); e “informação-como-coisa” (atributo do que é considerado informativo, incluindo-se aí os documentos, objetos, pessoas, eventos, edifícios e dados, dentre outros), e afirma que essa possibilidade é a mais tangível, pois apenas a informação-como-coisa pode ser armazenada nos sistemas de informação. Ele retoma o pensamento da autora francesa e elenca alguns elementos que devem estar presentes para que o objeto tenha *status* de documento. São eles: materialidade, intencionalidade, processamento e posição fenomenológica. Nesse contexto, é sugerido que: a materialidade é importante, mas, por si só, não é condição para que o objeto seja documento; a intenção de ser indício de algo deve ser explicitada; ele deve ser organizado e processado; a ênfase deve estar voltada para a “construção social do significado” e no modo pelo qual o observador percebe o significado e característica de evidência presente nos documentos (BUCKLAND, 1997, p. 806-807). O autor “resgatou o termo evidência utilizado por Briet, segundo o qual a intencionalidade atribuída ao documento pode ser resumida da seguinte maneira: o documento é aquilo que traz uma evidência (Briet), sob forma de signos e esses signos nunca são objetos naturais” (SMIT, 2008, p. 14).

Lund (2009) propõe a abordagem do documento sob três ângulos complementares: físico, social e mental. Nesse sentido, o que se torna mais relevante é a compreensão das diferentes maneiras pelas quais os documentos interagem, o que depende dos ambientes sociais, cognitivos e físicos nos quais a documentação é realizada. O autor ressalta a importância dos contextos onde os documentos circulam, pois eles influenciam a função social ou cultural que o documento adquire em decorrência dessas interações.

Frohmann (2008) evoca os enunciados de Foucault para falar dos conceitos de documento e documentação em um contexto contemporâneo e elucida o caráter público da informação. Ele defende a hipótese de que o conceito de materialidade é o elo entre o conceito

de informação e as práticas públicas, sendo essencial para analisar as consequências e efeitos sociais implicados nos processos de documentação e sistemas de informação ou, nas palavras do autor, nos regimes de informação. Ele afirma que, uma vez que o documento “nomeia a materialidade da informação”, então os estudos de documentação são imprescindíveis para a compreensão e estudo da informação. Com relação à documentação, o autor afirma que as “práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social” (2008, p. 25). Em outras palavras, é por meio da institucionalização dos documentos realizada nas rotinas e processos das instituições onde os documentos circulam que eles revelam sua energia e capacidade de causar efeitos sociais, em alguns casos de forma totalitária.

Hjørland não considera a informação como coisa, porém afirma que todas as coisas têm potencial informativo, sendo, neste caso, denominadas *documentos*. Documentos considerados importantes são colecionados, organizados e difundidos por bibliotecas, arquivos, museus e outros tipos de instituição de memória (2000, p. 35). Para o autor quer se use “Documentação” ou “Ciência da Informação”, é importante levar em conta o fato de que estamos estudando objetos informativos, o que implica no estudo das funções informativas que eles possuem, independente de suas naturezas intrínsecas. É sugerido que a Ciência da Informação deve considerar os contextos sociais nos quais os significados e as necessidades que geraram esses objetos foram construídos.

A proposta de Smit para delimitação da informação no campo da Ciência da Informação implica duas premissas: a primeira é de que a informação precisa estar registrada e, como consequência, é passível de organização e preservação nas instituições coletoras de informação. Nessa condição, a informação torna-se então institucionalizada, ou legitimada, pois passou por uma seleção e foi preservada: “A decisão segundo a qual certa informação, na medida em que considerada potencialmente útil, deva ser preservada, é determinada pelas condições culturais que prevalecem no momento da decisão” (2012, p. 85). Nesse contexto, a abordagem funcionalista da informação é sugerida como forma de compreender a legitimação da informação nessas instituições e de ampliar os recursos de organização da informação.

Sem a pretensão de esgotar a discussão conceitual em torno do tema, a explanação sobre os conceitos de documento e informação balizaram o estudo dos documentos de cada uma das áreas estudadas nesta pesquisa. O Quadro 1 sintetiza os principais elementos abordados:

Quadro 1 - Documento e informação

Elementos	Autores	Definição
Noções de Documento	Otlet	Inclui impressos e objetos (naturais ou artificiais) Representam dados intelectuais
	Briet	Evidência de algo Atribuição de signo Documentos primários x secundários
	Lund	Contextos de circulação dos documentos e função social e cultural do documento
	Smit	A função do documento é atribuída no processo de institucionalização
	Frohmann	Potência dos documentos para causar efeitos sociais
Abordagens da Informação	Buckland	Informação como processo, como conhecimento e como coisa
	Frohmann	Possui caráter público e é “materializada” através da documentação institucionalizada
	Smit	Institucionalizada, organizada, disponibilizada
	Hjørland	Potencial informativo dos objetos e contextos e necessidades que os geraram

Fonte: Compilado pela autora.

O quadro acima permite a visualização de alguns traços comuns entre as abordagens propostas pelos autores. Documentos representam algo (OTLET) e a eles são atribuídos signos, ou seja, a atribuição de sentido não se dá de forma natural, antes ela necessita de uma construção (BRIET); a materialidade dos documentos não é elemento suficiente para assegurar sua essência (BUCKLAND, BRIET); a função social do documento é delimitada pelos contextos onde ele circula (LUND; FROHMANN, HJORLAND); a informação se materializa através da documentação e da institucionalização dos documentos, processo que tem efeitos sociais profundos (FROHMANN); todos os documentos têm potencial informativo (HJORLAND); a institucionalização da informação ocorre em meios culturais e contextos que determinam sua guarda e preservação, de acordo com decisões que revelam a função que a informação exerce naquele meio (SMIT).

3.2 O documento de arquivo

Bellotto (2010, p. 172) afirma que o documento de arquivo é um “produto social” e evidencia a preocupação de alguns estudiosos contemporâneos em relação aos princípios da proveniência e da organicidade, sobretudo no que diz respeito aos documentos digitais, que necessitam de novos instrumentos para assegurar que a contextualização não se perca. Outro conceito essencial para o estudo dos arquivos é o ciclo vital dos documentos, que permite observar as transformações que o documento sofre desde o momento em que é produzido e está em circulação (fase corrente), quando exerce a função comprobatória ou de registro de ações

administrativas (fase intermediária), até o momento em que, sendo considerado de guarda permanente, passa a servir como fonte de pesquisa histórica.

O estudo da gênese documental é um processo essencial para compreender a função e contexto de produção, e o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu (BELLOTTO, 2007, p. 45). É fundamental relacionar o documento ao conjunto de atividades que deram origem a ele e sua relação com os outros documentos que compõem o fundo arquivístico ao qual pertence (CAMARGO, 1998, p. 170).

Schellenberg¹ (2002, p. 43) comenta que a distinção entre os documentos de biblioteca e de arquivo ocorre de duas maneiras: “a) ao modo pelo qual se originam; e b) ao modo pelo qual entram para as respectivas custódias”. Para o autor, os manuscritos, por exemplo, não podem ser diferenciados pela forma, autoria ou valor, pois reconhece que há uma sobreposição de interesses, tanto da biblioteca quanto do arquivo, por esses documentos. Ele propõe então que a distinção seja feita com base “no modo pelo qual os manuscritos vieram a existir” e, para isto, sugere que apenas os manuscritos “criados em consequência de uma atividade organizada — como, por exemplo, os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo — poderão ser considerados arquivos”. Com relação à custódia, ele ressalta o caráter colecionista da biblioteca em contraposição ao caráter de órgão receptor dos arquivos.

Silva (2000, p. 28) afirma que, a partir do momento em que o documento (armazenado em arquivo histórico ou público) é passível de reprodução, após ter deixado a esfera reservada onde circulou, ele passa a ser acessível a um número maior de indivíduos, e afirma que os arquivos “assumem o papel que desde Gutenberg vem sendo assumido pelos impressores-editores: criar um espaço (e um mercado) aberto de acesso à informação socialmente produzida e contextualizada”. Ele destaca também o valor cultural associado ao papel dos arquivos públicos, afirmando que a “produção de conhecimento científico anda assim articulada com a promoção e difusão culturais” (SCHELLENBERG, 2000, p. 29).

Ao que se pode observar, é possível definir algumas características essenciais para a identificação de documentos de arquivo: é necessário que ele tenha desempenhado suas funções relativas às necessidades que o originou (como produto social, ele se origina em função de necessidades específicas); é forçoso que após essa etapa seja julgado como documento de guarda permanente e, portanto, com valor histórico e probatório (BELLOTTO); ele não pode ser desvinculado do seu contexto de produção (princípios da proveniência e da organicidade), pois, dessa forma, ele perderia seu sentido (CAMARGO).

¹Schellenberg trata dos arquivos permanentes.

Smit (2003) conclui que “se na arquivologia a função do documento é definidora de sua entrada no sistema de informação e posterior organização, na biblioteconomia enfatiza-se sua função no momento da saída do sistema”. Dessa forma, a definição do documento de arquivo está intimamente relacionada à função que o originou, enquanto na biblioteca a função é pensada quando o documento já está disponível para acesso e uso, ou seja, depois de catalogado e classificado, sendo, portanto, já conferido de um valor cultural e patrimonial para a sociedade. Vale lembrar que, embora nem todo documento adquira estatuto histórico, e tendo em vista que as políticas de descarte são realizadas com base em tabelas de temporalidade que indicam o que deve ser transformado em documento de arquivo de guarda permanente, a Teoria Arquivística presume que “todo documento produzido ou recebido carrega poder informacional” (SMIT, 2012, p. 87).

3.4 A Biblioteconomia e seu objeto

As bibliotecas da Antiguidade já haviam começado a desenvolver seus métodos de organização dos acervos, e a Biblioteconomia pode ser definida “como a área que realiza a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas” (ORTEGA, 2004). A autora cita ainda a Bibliografia, fonte secundária de informação formada por listas que descreviam o conteúdo de outros livros. A Bibliografia, porém, tem uma longa história e teve início no século XVI, com o autor Conrad Gesner, precedendo, portanto, as disciplinas de Biblioteconomia e Documentação (ARAÚJO, 2015, p. 119).

Ortega (2009a, p. 30) é da opinião de que “os princípios documentários configuram-se como parte basilar dos fundamentos da Ciência da Informação e são emblemáticos de sua unidade identitária”, entendendo a “Documentação como corrente que contribui para a consolidação epistemológica da Ciência da Informação”, opinião corroborada por Tálamo e Smit (2007, p. 47), as quais discordam da leitura parcial do pensamento de Otlet, no qual a Documentação é vista apenas como técnica. As autoras argumentam que ela se constitui “vértice conceitual da Ciência da Informação”. Elas atentam ainda para o fato de a Ciência da Informação se enunciar de modo fragmentado e concebem uma abordagem do modo da produção do conhecimento na sociedade contemporânea (ou pós-moderna), na qual é proposto seu direcionamento para que possa lidar com as questões relacionadas à informação e à produção do conhecimento. O campo teórico deveria ser organizado, então, em torno de elementos que possam, dentre outros, possibilitar o “desenvolvimento de estratégias de uso e de mediação da informação”.

De modo geral, pode-se afirmar que as relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são análogas às relações entre a Documentação e a Ciência da Informação, no sentido de que perpetuam as oposições e divergências que existem entre as referidas disciplinas. Uma das críticas à Biblioteconomia seria a dificuldade da área em adotar uma atitude mais reflexiva e dotada de caráter intelectual e político no qual fosse possível unir o pensamento teórico às práticas. As atividades de preservação e, posteriormente, a atribuição da função social e educativa às bibliotecas conduziram o campo para o exercício e desenvolvimento de práticas muito bem sucedidas, tais como a catalogação cooperativa e proliferação de equipamentos públicos. Porém, nesse contexto, as relações da informação e contexto de produção e uso nem sempre foram consideradas (ORTEGA, 2004).

Em consequência das proximidades entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, não é tarefa simples determinar qual o objeto da primeira. De uma perspectiva histórica, a biblioteca é a instituição cujos serviços informacionais de originaram com o formato livro, que tem sua origem na palavra grega *biblion*. Porém, se as atividades de organização dos acervos das bibliotecas tinham como objetivo principal prover o acesso aos livros pode-se argumentar que, na realidade, o intuito era disponibilizar a informação contida nos livros, um dos primeiros documentos produzidos pela humanidade para registrar informação (GUTIÉRREZ CHIÑAS, 2013, p. 144).

Miksa (1996) define o acervo da biblioteca de forma a abranger o que ele chama de objetos informativos, sejam eles em formato de texto, arquivo de áudio, documentos iconográficos e mapas, dentre outros. O autor propõe a abordagem da biblioteca como “uma expressão de um contexto cultural e social no qual é originada” e sugere que o legado mais significativo da biblioteca reside no seu caráter utilitário como instituição que organiza e disponibiliza informações necessárias à sociedade.

As bibliotecas, “esses lugares silenciosos, abrigados, confortáveis, dispendiosos, onde leitores escrevem e pensam, se ligam por mil fios ao vasto mundo, cujas dimensões e propriedades transformam” (LATOURE, 2000, p. 21-44): O mais importante, porém, é que as bibliotecas, arquivos, centros de documentação e instituições afins devem olhar em volta e perceber que não estão isoladas de um mundo que está em constante mutação e desenvolvimento.

Para Buckland (1992), o propósito central das bibliotecas é prover o acesso à informação. Nesse contexto, o deslocamento do suporte físico para o conteúdo dos documentos, bem como o surgimento das novas tecnologias, são questões que têm afetado as bibliotecas de forma irreversível. Esse processo, embora já estivesse presente nas origens da Documentação e

tenha conquistado espaço nas discussões da Ciência da Informação — a qual tem aprofundado os estudos do fluxo de produção e circulação da informação, o que inclui os produtores e usuários da informação — também estão presentes nas questões das bibliotecas.

Essas questões estão no centro das discussões contemporâneas acerca da Ciência da Informação, porém esses tópicos não serão aprofundados neste artigo. Interessa-nos explorar o campo da Biblioteconomia para relacioná-lo com a Arquivologia e Museologia, com o objetivo de obter elementos que nos permitam delimitar seus objetos.

3.4 O objeto de museu

A literatura apresenta múltiplas possibilidades para definição do objeto museal, sendo algumas delas intrinsecamente relacionadas aos contextos que os geraram e aos contextos e julgamentos que o levaram a ser musealizado. Nascimento (1998, p. 37) faz um estudo do que constitui o objeto museal e afirma que a abordagem histórica reforça o conceito tradicional, que define o objeto como “peça de museu” e a ele atribui “valores culturais, estéticos e históricos”. Para Suano (1986, p. 8), ao se tornar “peça de museu”, é atribuída ao objeto uma “aura de importância e um estatuto de ‘valor cultural’ que ele antes não possuía”. A autora argumenta que, nesse processo, o objeto perde suas funções originais e que, antes que o processo de musealização seja efetivado, seria imperativo estudar o contexto e circunstâncias nos quais o objeto foi produzido, em vez de simplesmente mostrá-lo como objeto do passado para enaltecimento do presente. Em alguns casos, “a própria exposição se encarrega de transformar, manipular, alterar” os objetos que saem da reserva para serem mostrados ao público (MOUTINHO, 1994, p. 8).

Nascimento (1998) comenta sobre a questão do dinamismo do processo histórico em que o homem vai formulando e reestruturando a instituição museal que afeta o objeto, o qual não deve ser considerado apenas a partir das informações que tem em si, antes deve levar em conta o ambiente das relações que o produziram:

(...) o objeto museal deverá ser compreendido pela gênese das teias de relações e, não apenas como um produto que por si só, representa um espaço-tempo histórico definido a priori por seus aspectos físicos que são determinados numa ação documental que busca resgatar “informações” sobre este bem cultural (1998, p. 59).

Ao refletir sobre a multiplicidade de significados e funções do objeto de museu, Meneses afirma que estes podem ser objetos comuns do dia a dia, que, quando retirados desse contexto, são atraentes e passíveis de observação, ou podem ser objetos estranhos à vida

comum, possuindo, portanto, características que tornam possível a incorporação de experiências alheias à experiência individual. É mencionada a questão da função documental da instituição, onde a existência de um acervo pressupõe a existência de informações sobre ele, para que se possa garantir “a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens” (MENESES, 1994, p. 12).

Essa questão também é abordada por Lara Filho (2009, p. 166), que afirma que o objeto de museu possui uma função documental, mas ressalta que esta “não pode e nem deve ser confundida com a informação latente do objeto, aquela que ele encerra por suas características físicas”. A esse respeito, Ferrez (1994) compartilha a ideia de que as informações intrínsecas, ou seja, aquelas que os próprios objetos trazem, e as informações extrínsecas necessitam ser identificadas, o que nem sempre é tarefa simples de ser realizada, pois exige pesquisa em outras fontes que não o objeto. Por outro lado, são essas informações que vão contextualizá-lo e contar sua história, desde antes sua entrada no museu e até depois disso, pois, uma vez musealizado, ele “continua a ter vida”, e a documentação vai ser responsável pelo registro de todas as atividades que ocorreram e ocorrerão em torno do objeto.

A atribuição de significado aos objetos também pode ser compreendida de forma mais ampliada, pois os significados podem ser considerados como atributos mutáveis, não fixos. Portanto, as atividades de contextualização das “representações construídas no museu”, entendidas aqui como as atividades de exposição e mediação entre o objeto e o público, são enfatizadas em relação a outras atividades, como as de conservação, para que possam revelar os contextos nos quais os objetos foram gerados (DUARTE, 2013, p. 114).

O Quadro 2 sintetiza algumas definições encontradas na literatura para o objeto de museu:

Quadro 2 - Definições de objeto de museu (continua)

Autores	Definição
DESVALLES; MAIRESSE	<p>“O objeto portador de informação ou o objeto-documento, musealizado, se inscreve no coração mesmo da atividade científica do museu tal como se realiza a partir do Renascimento, atividade que explora a realidade através da percepção sensível, a experiência e o estudo de seus fragmentos.”</p> <p>“A musealização é a operação que tende a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem para lhe dar um status museal, transformando-a em <i>musealium</i> ou <i>musealia</i>, “objeto de museu”, ao introduzi-la no campo museal” (2013, p. 57).</p>
CÂNDIDO	<p>“Partindo-se do pressuposto de que objetos / documentos são suportes de informação, o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento” (2006, p. 32).</p>

Quadro 2 - Definições de objeto de museu (continuação)

Autores	Definição
FERREZ	“Os objetos museológicos — veículos de informação — têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação, e estas, por sua vez, produzem e disseminam novas informações, cumprindo-se o ciclo museológico” (1994, p. 65).
MENSCH	“Um objeto museológico pode ser definido como um objeto de museu, por ser selecionado pelas suas qualidades (‘musealidade’), variando de acordo com os desenvolvimentos específicos das várias especializações (história, antropologia, arqueologia, etc.), como também voltados para o desenvolvimento da comunidade” (MENSCH, 1987 ² <i>apud</i> NASCIMENTO, 1998, p. 38).
NASCIMENTO	“Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção de conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde estão presentes as relações desiguais, diacrônicas, que se expressam na sua história, seja ele material e imaterial” (1998, p. 40).

Fonte: Compilado pela autora.

É válido lembrar que, atualmente, a Museologia se depara com questões que trazem novos desafios e possibilidades, tais como a salvaguarda do patrimônio imaterial³ ou, em outras palavras, aquele que não necessariamente é expresso em um objeto palpável (BOTTALLO, 2011, p. 154). Essa modalidade de bem cultural extrapola a materialidade física, compondo, portanto, um cenário que se mostra favorável às discussões realizadas no âmbito da Ciência da Informação no que diz respeito às relações entre documento e informação.

3.5 A função do documento no arquivo, na biblioteca e no museu

Na Antiguidade, a distinção entre arquivos, bibliotecas e museus não era muito clara e, no caso da Biblioteca de Alexandria, por exemplo, a sala de leitura era dividida em duas partes, sendo que uma delas ficava em um museu e a outra ficava situada no templo da divindade Serapis (THIESEN, 2009). Ainda sobre a aproximação da biblioteca com o museu, Milanesi (1983, p. 21) afirma que:

² MENSCH, Peter. *Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre inter-relação museologia-museus*. **Cadernos Museológicos**, n.1, p. 51, 1987.

³ “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas” (INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2015).

As grandes coleções, pertencentes ao Estado e a Igreja, eram um repositório quase sempre precioso do conhecimento humano, onde se conservavam obras raras, tesouros que mais davam a essas grandes bibliotecas a função de museu, entendido aqui como um mostruário histórico.

Guarnieri (2010, p. 47), ao traçar um quadro evolutivo dos museus no Ocidente, cita o caso do Museu de Alexandria, o qual seria o protótipo do momento em que o “museu surge como uma pretensão universalista, procurando retratar e sintetizar o universo ao redor”. A autora afirma que essa filosofia universalista é refletida na “estreita relação entre museu, arquivo histórico e biblioteca” de então, onde o museu também era visto como centro de pesquisa e centro de convívio.

Homulos (1990) sugere que, embora sejam instituições que têm características únicas, os museus, bibliotecas e arquivos fazem parte de um contínuo de instituições que compartilham as mesmas questões no que diz respeito à função primordial: servir a sociedade. Ao discorrer sobre o surgimento dos centros culturais,⁴ Dodebei (2011) afirma que “todas essas casas passam a ser ‘casas de patrimônios’, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e de encontros presenciais”.

Os arquivos pessoais e centros de memória empresarial se aproximam dos museus na medida em que suas coleções são formadas por “fontes não convencionais” (BOTTALLO, 2011, p. 151). A autora argumenta ainda que, nesse sentido, essas instituições se aproximam mais das instituições museológicas do que dos arquivos, pois abrigam documentos e objetos que não foram constituídos com o propósito de se tornarem registros de memória: “há nas coleções de centros de memória empresarial, por exemplo, camisas, *buttons*, propagandas impressas, cartazes, embalagens de produtos, e até mesmos os produtos em si” (BOTTALLO, 2011, p. 152).

É importante mencionar que “a articulação entre a noção de produção do documento e a de uso do documento são a base de seu entendimento” (ORTEGA, 2009b, p. 39). Tal afirmação ressalta a intencionalidade do objeto em informar.

A discussão nos tópicos anteriores permite-nos observar que a função do documento e da informação está associada às funções atribuídas às instituições que os abrigam, e que os paradigmas vêm sendo modificados, sobretudo devido aos efeitos da tecnologia da informação

⁴ Essas instituições não serão abordadas nesta pesquisa.

e novas possibilidades de uso e acesso.

Smit, 2011, p. 39 afirma que o que vai determinar a função do objeto na instituição são as políticas de acervo institucionais. Exemplo desse fato pode ser encontrado no livro de artista que, dependendo da instituição, pode ser catalogado como obra de arte, como item bibliográfico ou, ainda, como documento de arquivo. A linha divisória é tênue, em alguns casos, a decisão pode ser arbitrária, pois pode levar em conta julgamentos estéticos pessoais ou prerrogativas curatoriais, o que compromete não somente o desenvolvimento das coleções, mas, principalmente, o acesso a elas, visto que, geralmente, cada um destes departamentos tem seus próprios métodos de representação descritiva e temática.

Marshall e Ivey (2009, p. 145, tradução nossa), mencionam a existência de uma “zona cinza”, na qual esses documentos se situam. Segundo as autoras: “Operar nessa área cinzenta pode trazer à tona questões entre a arte e o documento”. Elas dão o exemplo de um caderno de esboços que poderia ser tratado como obra de arte, como documento pertencente a um fundo pessoal de artista ou, ainda, nas coleções especiais.

As fronteiras entre as LAMs - *Libraries, Archives and Museums* (bibliotecas, arquivos e museus) têm recebido abordagens recentes na literatura, tanto por profissionais da área de arquivos quanto de museus e bibliotecas. O termo LAM foi apresentado por Hedstrom e King (2006), que ao explorarem questões relacionadas ao papel que essas instituições têm desempenhado na construção do conhecimento, atestam que possíveis convergências são trazidas pelo uso das tecnologias de informação.

Os fatos descritos neste estudo apontam similaridades de funções que possuem enquanto instituições responsáveis pela guarda e preservação do patrimônio da humanidade (GUARNIERI, 2010), pelas origens (THIESEN, 2009 e na história do conhecimento (HEDSTROM; KING). Porém, para Araújo (2013, p. 13), “é no plano epistemológico que se verificam as condições mais frutíferas para a promoção de parcerias e diálogos”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da Ciência da Informação pode ser vislumbrado como uma proposta “de cientificidade capaz de acolher e potencializar os diferentes aspectos ressaltados pela produção teórica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” (ARAÚJO, 2011, p. 23). Não iremos abordar questões epistemológicas relacionadas à formação de cada campo, porém, com base nas discussões realizadas, esboçam-se algumas aproximações possíveis.

As bibliotecas, de modo geral, se apresentam como espaço que deve prover todo e

qualquer tipo de informação, em qualquer suporte, para qualquer tipo de comunidade. Seu pioneirismo ao tratar dos documentos digitais foi uma das causas que levaram a disciplina a enfatizar a questão da informação. É notório também que o fato de a Biblioteconomia se relacionar com a Documentação e com a Ciência da Informação a aproxima de conceitos da informação e acesso, o que nem sempre ocorreu com as outras disciplinas.

Os estudos arquivísticos mais recentes tendem a focar mais diretamente na informação, no acesso e nos usuários, sem deixar de lado, contudo, a preservação do documento físico, nem o contexto no qual foi gerado. Nesse sentido, sua existência não se limita a evidenciar um fato, e os arquivos, sobretudo os históricos ou permanentes são compreendidos como espaços de acesso à informação e conhecimento. Como afirmou Silva (2000) o valor cultural dos arquivos públicos os insere em uma dimensão muito próxima à função social da informação elaborada pela Ciência da Informação.

Os museus, ao se estabelecerem como espaços para evidenciar a relação do homem com a realidade, lidam com a informação a partir de duas perspectivas: a documentação sobre o objeto ou artefato, portanto sobre o próprio documento, e o documento por si, que traz potencial informativo. Nesse contexto é evidenciada a aproximação com os conceitos de Briet e de Otlet, sobretudo no que diz respeito à atribuição de significados aos documentos.

O Quadro 3 traz uma síntese dos principais tópicos relacionados a cada área.

Quadro 3 - Arquivo, Biblioteca e Museu: noções de documento

ARQUIVO Prova e Testemunho	BIBLIOTECA Acesso à informação, ao saber e ao conhecimento	MUSEU Relação do homem com a realidade
O documento de arquivo está vinculado à sua origem e meio onde foi produzido, é imbuído de valor probatório, administrativo e legal (SCHELLENBERG, BELLOTTO) Documento de arquivo não pode dispensar a relação que mantém com seu contexto de origem (CAMARGO)	Foco no acesso à informação (BUCKLAND) Acesso à informação. Ênfase na construção social do significado e atribuição de signo (BUCKLAND) Objetos informativos em diversos suportes (MIKSA)	Objetos ou artefatos testemunham o fato ou ato (GUARNIERI) Objetos são suportes e veículos de informação (CANDIDO, FERREZ) Objeto portador de informação (DESVALLES; MAIRESSE). Objeto possui função documental (LARA FILHO) Objeto é documento (OTLET)

Fonte: Compilado pela autora.

As premissas apresentadas acima reforçam a existência de perspectivas comuns entre as áreas. Se, para a Arquivologia, a questão da informação nem sempre esteve no foco das atenções, observa-se que, tanto para o arquivo quanto para o museu, o estudo dos contextos de

produção dos documentos e/ou objetos é imprescindível. No âmbito dos museus, é consensual a noção de que os objetos são documentos (OTLET) portadores de informação (DESVALLÉS; MAIRESSE), testemunham o fato ou ato (GUARNIERI) e possuem função documental (LARA FILHO). Lembremos que o objeto de museu não nasce como tal, mas passa por um processo de transformação que o eleva a condição de museal.

Num olhar comparativo entre os conceitos elencados acima, sintetizamos no Quadro 4 algumas aproximações entre as abordagens para o documento:

Quadro 4 - Abordagens do documento e da informação

Documento	Evidência de algo, atribuição de signo (BRIET)	Importância dos contextos de circulação dos documentos e função social e cultural do documento (LUND)	Todos os documentos têm potencial informativo (HJORLAND)
Arquivo	Valor probatório adquirido após a fase corrente, caso o documento possua valor histórico. Nem todos os documentos produzidos são encaminhados para guarda permanente.	Documento de arquivo não pode ser dissociado no contexto onde foi produzido e necessita ser relacionado com os outros documentos.	Todo documento produzido ou recebido carrega poder informacional, mesmo que não seja de guarda permanente.
Biblioteca	Deseja acumular o saber registrado para que ele seja utilizado como fonte de consulta para gerar novo conhecimento e novas interpretações.	A Biblioteca tem a função social de prover acesso à informação, e esse processo deve incluir o estudo dos fluxos informacionais.	Documentos preservados foram selecionados e julgados relevantes para permanecerem acessíveis para a pesquisa.
Museu	Deslocamento da função inicial do objeto a partir da musealização, fazendo com que o objeto-documento adquira novo valor cultural. Há intenção nesse ato.	Os documentos de museu necessitam de informações extrínsecas a eles, as quais são coletadas por meio da atividade de documentação.	Documentos possuem características intrínsecas que nem sempre são facilmente conhecidas e que precisam ser identificadas.

Fonte: Compilado pela autora.

Grosso modo, de uma forma ou de outra, todas as áreas lidam com questões semelhantes. É importante observar, porém, as especificidades de cada área e a função do documento em cada instituição. A questão da atribuição de signo sugerida por Briet pode conduzir à discussão sob o ponto de vista da Semiótica, porém esta abordagem não será aprofundada nesta pesquisa, ainda que a atribuição de sentido e significado esteja no centro das discussões sobre a função do documento.

Consideramos que a contribuição do estudo está na delimitação dos principais conceitos de documentos para cada área e as relações que podemos estabelecer entre eles, tendo como

pano de fundo as questões dos fluxos informacionais abordados pela Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, 2015.

Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/23127/pdf_62>.

Acesso em: 15 jan. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 10-27, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L. S. D.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EDUFF, 2010. p. 161-174.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BOTTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 147-156.

BRIET, Suzanne. **What is documentation?** Lanham: Scarecrow, 2006.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, Jun. 1991.

_____. **Redesigning library services: a manifesto**. Chicago: American Library Association, 1992. Disponível em: <<http://sunsite.berkeley.edu/Literature/Library/Redesigning/html.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. What Is a Document? **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, n. 9, Sept. 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. P. 34-79.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DODEBEI, V. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1, 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm>. Acesso em: 17 mar. 2015.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio: estudos de Museologia**, Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n. 2, p. 64-74, 1994.

FROHMANN, Bernard. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 17-34.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARNIERI, Waldisia Rússio Camargo. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. v. 1, p. 159-180.

GUTIÉRREZ CHIÑAS, Augustin. Objeto de estudio de la Bibliotecología y estudios de la información. In: RENDÓN-ROJAS, Miguel (Org.). **El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información: Propuestas, discusión, análisis y elementos comunes**. México: UNAM, 2013. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjB3_mM_ZjLAhVHmx4KHcfrCOYQFggfMAA&url=http%3A%2F%2F132.248.242.6%2F~publica%2Fconmutarl.php%3Farch%3D1%26idx%3D275&usg=AFQjCNHYRNUo4VfnlstYUXQ023xu07hDhg&sig2=uRfNdywICcf8pPGh-FWz0w>. Acesso em: 21 jan. 2016.

HEDSTROM, Margaret; KING, John Leslie. **On the LAM: Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities**. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. 2003. Disponível:

<<http://jking.people.si.umich.edu/OECD-LAM-published.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000. Disponível em:

<http://www.researchgate.net/profile/Birger_Hjorland/publication/235287518_Documents_memory_institutions_and_information_science/links/00b49539471b136269000000.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art libraries journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 2, 2009. P. 163-169.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M. & JACOB, C. (Org.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 21-44.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, v. 43, n.1, p.1-55, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2009.1440430116/full>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

MARSHALL, Amy; IVEY, Rosamond. Special collections at the Art Gallery of Ontario's E. P. Taylor Research Library and Archives. In: BENEDETTI, Joan M. (Ed.). **Art museum libraries and librarianship**. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2007. p. 143-145.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147141994000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994 (Pretextos Museológicos, 1).

MIKSA, Francis. The cultural legacy of the modern library for the future. **Journal of education for library and information science**, State College, 1996, p. 100-119.

MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objecto museológico. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 4, n. 4, p. 7-59, p. 37-61, 1994.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Sociomuseologia**, Campo Grande, v. 11, n. 11, p. 37-61, 1998. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/29>>. Acesso em: 26 maio 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero-Revista**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, 2009a.

_____. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da representação descritiva. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009b.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Armando B. Malheiro. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

SMIT, Johanna W ilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/0>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. A documentação e suas diversas abordagens. In: LOUREIRO, L. N.; GRANATO, M.; SANTOS, Cláudia. **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P. 11-23.

_____. A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. P. 33-41.

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_afaeb71e3_0010785.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TÁLAMO, M.F.G.M.; SMIT, J.W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v.1, n.1, p.33-57, jan./jul. 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4366076/1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. In: **MAST Colloquia**, Rio de Janeiro, vol. 11. p. 61, 2009.